

Sentido e referencialidade em *Ser e Tempo*: uma resposta à crítica de Lafont

Meaning and referentiality in Being and Time: a response to criticism from Lafont

Thiago Carreira Alves Nascimento

saycusca@yahoo.com.br

Doutorando em Filosofia pela UNICAMP. Mestre em filosofia pela UFSM.

Resumo

Analizamos a crítica de Lafont segundo a qual o projeto heideggeriano de *Ser e Tempo* é aporético por pressupor duas teses inconsistentes, quais sejam: a tese de que a compreensão de mundo, dos entes, é relativa a cada abertura de mundo de uma determinada época, sendo, portanto, plural e holista; e a tese de que sentido determina a referência, ou seja, de que o modo como compreendemos os entes determina como e para quais entes podemos nos referir. Mostramos que a argumentação de Lafont falha ao assimilar as concepções fregeana e heideggeriana de designação por meio da noção de signo, invalidando assim sua tese de que Heidegger é um idealista linguístico por defender uma concepção indireta de designação análoga a de Frege.

Palavras-chave: Sentido; Referencialidade; Compreensão de ser; Abertura de mundo; Idealismo linguístico; *Ser e Tempo*.

Abstract

We analyse Lafont criticism according which Heidegger's *Being and Time* project ends up in an aporia by presupposing two inconsistent thesis, which are: the thesis according which the world comprehension, of entities, is relative to each world disclosure of a specific epoch, being, therefore, plural and holist, and the thesis about sense determines reference, that is, the way we understand the entities determines how and to what entities we can refer to. We show that Lafont's argumentation is a misleading, for it fails in assimilating Frege and Heidegger's conception of designation in terms of sign notion, what render her thesis about Heidegger's linguistic idealism as invalid.

Key words: Sense; Referentiality; Comprehension of being; World disclosure; Linguistic idealism; *Being and Time*.

Introdução

Cristina Lafont (2000) promove uma crítica contundente ao projeto de *Ser e Tempo*, a partir de uma perspectiva da filosofia analítica da linguagem. A tese geral de Lafont consiste em sustentar que a suposta reificação¹ da linguagem que aparece nos escritos pós Kehre pode ser remetida a *Ser e Tempo*. O elemento comum entre as duas fases do pensamento de Heidegger residiria na concepção segundo a qual o sentido determina a referência, ou seja, de que o modo por meio do qual os entes são compreendidos determina para quais entes podemos nos referir. Tal concepção, oriunda do âmbito da filosofia analítica da linguagem, concerne à noção de

designação, de que os referentes das expressões linguísticas são sempre compreendidos via descrições, via um "sentido".² Assim, por exemplo, a expressão "A Estrela Vespertina" seria um sentido ou um modo de apresentação do referente (objeto) "Vênus". Nesse contexto, a concepção de designação fregeana³ é considerada como paradigma dessa perspectiva, também denominada de "idealismo linguístico". No entanto, essa concepção de designação foi fortemente criticada por filósofos proponentes das chamadas "teorias da referência direta" (Kripke⁴, Putnam⁵, Donnellan⁶). Para tanto, tais filósofos serviram-se da noção de designador rígido, ou seja, de que uma expressão pode referir-se a um objeto sem intermediação de um "sentido", bem como de distinções conceituais e contextuais no tocante ao uso e compreensão de descrições ("sentidos") como designadores. As implicações⁷ apontadas por essas teorias dizem respeito à possibilidade de indeterminação do referente (objeto), relativismo cognitivo (verdade) e influência dos estados mentais no tocante à identificação do referente (debate internalismo x externalismo mental) (PUTNAM, 1975, p. 218). Sendo assim, motivada pelas concepções de designação rígida, o ponto central da crítica de Lafont reside em mostrar que Heidegger em *Ser e Tempo* defende uma concepção de designação segundo a qual os referentes às expressões são identificados via um "sentido", via descrições, assemelhando-se à concepção defendida por Frege.⁸ Para tanto, Lafont argumenta que Heidegger não tem outro modo de explicar a referencialidade aos entes senão via uma atribuição de propriedades.

¹ Apontada por Rorty (1993), e por Habermas (1992).

² Tugendhat (1998, p. 97-124), por meio de uma análise de inspiração linguística, procurou mostrar que a formulação da pergunta do ser como pergunta pelo sentido do ser (bem como a própria pergunta pelo ser) "não possui um sentido justificado", uma vez que para que se entenda (porque para entender) o que Heidegger tem em vista deve-se levar em conta o que ele já almeja como resposta, ou seja, que o sentido do ser é o tempo. No entanto, de que não se trata do sentido da expressão "ser" parece ficar claro pelo uso que faz Heidegger das aspas para se referir à questão do ser na primeira página de *Ser e Tempo*.

³ Frege expõe sua concepção acerca da designação nos artigos "Função e Conceito" e "Sentido e Referência".

⁴ Naming and Necessity (KRIPKE, 1972). O ponto para Kripke é que nomes próprios são designadores rígidos, ou seja, um nome que em todos os mundos possíveis designa o mesmo objeto (Ibid., p. 48). Uma vez "batizado" o objeto com um determinado nome, o mesmo deverá ser reconhecido a partir de então e identificado por meio de uma rede (histórico) causal.

⁵ The meaning of 'meaning'. In: Putnam (1975). Putnam estabelece certas notas conceituais para o conceito de "sentido", e critérios ou condições para a referencialidade, tais como: marcas sintáticas (nome de massa, tal como 'água', etc); marcas semânticas (tipos naturais, tal como 'líquido', etc); esteriótipos vinculados ao nome ('líquido para matar a sede', 'sagrado' etc); e extensão conceitual (fórmula química do composto, 'H₂O', etc). Há níveis de competência linguística que os falantes podem possuir e compartilhar, mas em todo caso a referência de um termo só é propriamente estabelecida através desse processo de identificação (Ibid., p. 269).

⁶ Reference and Definite Descriptions (DONNELLAN, 1966). Donnellan mostra que descrições definidas podem ter um duplo sentido, quais sejam: um sentido atributivo (quando se pretende dizer algo de algo, por exemplo, alguma característica de uma determinada pessoa, algo sobre ela, como sua roupa, etc) e um sentido referencial (quando se pretende apenas indicar ou apontar para algo, por exemplo, alguém que está num determinado lugar na sala; para tanto, não é preciso que as descrições oferecidas concorram com o objeto visado, a despeito do que, segundo Donnellan, ainda, sim, permite a identificação do referente).

⁷ Em verdade, algumas dessas teses, como a da inacessibilidade da semântica, refletindo na impossibilidade de tradução entre linguagens, o relativismo linguístico e da verdade são preconizadas por uma tradição de discussão em torno da própria lógica, entendida como cálculo ou linguagem (HEIJENOORT, 1967; HINTIKKA, 1994; KUSH, 2003). A idéia da "linguagem como cálculo versus linguagem como meio universal" também tem se afigurado na literatura como meio de aproximar as idéias de Frege e Heidegger acerca da linguagem (KUSH, 2003).

⁸ Lafont afirma que Frege e Husserl sustentam concepções semelhantes acerca de sentido e referência; e que Heidegger entende por sentido o "modo de ser-dado do que é designado" (LAFONT 2000, p. 183). No entanto, a literatura recente (HILL & ROSADO HADDOCK, 2000) tem mostrado o engano de se conceber como análogas as concepções de Frege e Husserl acerca de conceitos como sentido e referência (diferença que é comprovada por testemunho textual do próprio Frege). Uma leitura atenta das Investigações Lógicas I (§§32-33) e IV (especificamente §3) revelará que Husserl não concebe o conceito de sentido (ou significado) como análogo ao de "conceito" (sentido não denota o conceito de algo enquanto conjunto de propriedades), apresentando ainda uma solução ao problema da designação dos nomes próprios (segundo Husserl, de modo direto). A questão de como se deve compreender a referência de nomes próprios é efetivamente o ponto crítico invocado pelos filósofos das teorias da referência direta (em especial, KRIPKE 1972, p. 24).

De um ponto de vista mais geral, o objetivo do livro de Lafont consiste em apreender as implicações da concepção de linguagem como abertura de mundo, concepção da qual Heidegger seria partidário e que remete à tradição vinculada a Hamann-Herder-Humboldt (LAFONT 2000, p. 01), criticando-as de um ponto de vista da filosofia analítica da linguagem. A concepção de linguagem como abertura de mundo posiciona-se criticamente frente à concepção de linguagem como mero instrumento para designação de entes ou como instrumento para a comunicação de pensamentos pré-linguísticos (idem, p. 02), concepção sustentada pelas "filosofias da consciência", que Heidegger também pretende superar. Frente a essa concepção instrumental da linguagem, a concepção de linguagem como abertura de mundo sustenta que o mundo é estruturado simbolicamente pela linguagem, sendo relativo a cada época (período histórico) e à pluralidade de culturas. Isso implica que uma linguagem histórica representa uma abertura ou visão de mundo própria. Sendo assim, os referentes das expressões se tornam relativos a cada linguagem ou visão de mundo, relativos aos conceitos expressos por cada abertura ou visão de mundo, implicando na impossibilidade de acordo acerca de (sobre) um mesmo assunto, bem como restrições no tocante a traduções (idem, p. 03). Uma vez que Lafont filia Heidegger à tradição da linguagem como abertura de mundo, sua interpretação deverá subtrair da análise heideggeriana da abertura de mundo, do "encontro" com os entes, seu ponto crítico, isto é, que o ser-aí habita um mundo simbolicamente estruturado. A pretensa inconsistência apontada por Lafont na obra de Heidegger reside em dizer que este assume, ao mesmo tempo, duas teses tidas como contraditórias, quais sejam: (1) que a projeção de sentido é holista e plural, vinculada às vicissitudes históricas; e (2) que sentido determina referência. Essa interpretação coloca em xeque o caráter distintivo da própria estrutura "como" por meio da qual se efetiva a abertura de mundo e a compreensão dos entes, pois já no âmbito pré-predicativo haveria uma atribuição de propriedades e, por conseguinte, identificação dos entes por meio destas. Nesse sentido, a distinção defendida por Heidegger entre pré-predicativo e predicativo perderia sua razão de ser.

No que se segue, faremos uma reconstrução do argumento de Lafont acerca da concepção heideggeriana de designação, estabelecendo suas teses e apreendendo suas implicações. Apresentaremos algumas evidências textuais para indicar que Heidegger não compartilharia das problemáticas subjacentes ao cabedal conceitual apresentado por Lafont (filosofia analítica da linguagem). Assumindo hipoteticamente a validade de tal discussão, mostraremos que mesmo assim a interpretação de Lafont incorre em um duplo erro, qual seja: por um lado, em desconhecer o debate da filosofia analítica da linguagem em torno da tese de que o sentido determina a referência, isto é, de que de tal tese não se seguem as implicações apontadas por Lafont, e, por outro lado, na má-compreensão do papel do signo no tocante à explicitação da noção de remissão, ou seja, de que para Heidegger, diferentemente de Frege, signo não está para objetos.

Argumentação de Lafont acerca da noção heideggeriana de designação

Visto que o objetivo de Lafont é mostrar que Heidegger é adepto da tese segundo a qual os referentes de expressões são compreendidos via descrições, "sentidos", o ponto colocado em questão é como Heidegger entende a referencialidade aos entes.

Heidegger abordará a questão da referencialidade nos §§ 15-18 de *Ser e Tempo*. Em especial, é o §17 que se torna alvo de análise para Lafont, pois é nele que Heidegger apresentará sua noção de remissão (*Verweisung*), mostrando como os entes se encontram pré-dispostos numa totalidade remissional (*Verweisungsganzheit*).

De acordo com Lafont, Heidegger depreende sua concepção de remissão a partir de uma análise dos variados modos de seu emprego conceitual, resultando em duas noções, quais sejam: (1) um sentido vago e comum de referir entendido como "ter a ver com", "estar relatado a", e (2) o uso semiótico específico de "remeter de um signo a algo". Ademais, Heidegger teria interpretado o sentido semiótico de remissão como sendo paradigmático, generalizando-o. Desse modo, a compreensão da totalidade remissional é esclarecida sobre a base da estrutura do signo (LAFONT 2000, p. 31-2). Assim, o primeiro passo da reconstrução de Lafont consiste em mostrar que Heidegger não consegue explicar a noção de remissão concernente à análise do utensílio sem recorrer à noção semiótica do termo, à ideia de signo (*Zeichen*).

Utensílios em geral (como o martelo, por exemplo), no tocante ao seu ser-para, estão remetidos a um "para que" (*Wozu*), ou seja, uma finalidade (constatada na obra a ser realizada), que constitui seu caráter. Segundo Lafont, o signo, por outro lado, consiste em remeter e não somente a entes disponíveis, mas ao que ainda não é tomado como tal. É nessa possibilidade de estar remetido ao que ainda não é tomado como disponível que consiste o caráter específico do signo enquanto "mostrar" (*Zeigen*). Para Lafont, esse ponto indica um processo semiótico de desvelamento dos entes, implicando ainda numa concepção de linguagem como instrumento ôntico (Ibid, p. 34-5).

A explicação de Heidegger da noção de remissão por meio de uma análise do signo, numa equação dos dois sentidos de remissão acima apontados, segundo Lafont, só é plausível na medida em que o "martelar do martelo" e o "mostrar do signo" sejam ambos tomados como atividades do ser-aí. No entanto, observa Lafont, Heidegger dá indicações de que o "mostrar do signo" não pode ser compreendido como meramente um resultado da atividade do ser-aí, tornando assim "vulnerável" seu caráter de remissão teleológica⁹ (Ibid., p. 41). Ou seja, para Lafont, é somente mediante a estrutura do signo que Heidegger consegue tornar plausível sua noção de remissão.

Tendo cumprido o primeiro passo de sua argumentação apontando que Heidegger necessita recorrer à ideia de signo para explicar sua concepção de remissão, Lafont precisa então mostrar como e por que a referencialidade via signo implica uma atribuição (implícita) de propriedades. No entanto, Lafont não é clara no tocante a esse ponto. A explicação mais explícita para tanto é fornecida no seguinte trecho (Ibid., p. 188): Nossa compreensão de algo como mesa, porta, carro ou ponte já determina o que 'vemos' somente na medida em que estes signos (nomes gerais) não são meramente puras expressões designativas; isto é, somente se ao usá-las "nós não simplesmente designamos algo; mas aquilo que é designado é compreendido como aquilo que estamos tomando como sendo esta coisa em questão" [HEIDEGGER, 1979, p. 149]. Assim, porque tal designação é entendida como uma atribuição implícita de propriedade, através desta atribuição o ente em questão torna-se acessível com [dentro] o mundo

⁹ Considerada por Heidegger como finita e remetida a um ser-aí.

(sendo classificado como algo). O ente é então diferenciado de todos os outros através das propriedades que lhe são prescritas. Por essa compreensão de nomes como atributos, em que eles são assimilados a predicados, Heidegger reduz a relação de designação à relação de atribuição.

Sendo assim, ao nomear algo como “cadeira”, “porta”, Heidegger não pretenderia apenas se referir a tais entes, mas dizer algo no tocante ao seu “ser”, tomando-os como nomes gerais, signos. Isso, para Lafont, já significaria dizer “algo de algo”, ou seja, uma predicação, por meio da qual Heidegger reduziria a relação de designação à relação de atribuição. A estrutura dessa argumentação consiste nas seguintes premissas: (p1) Heidegger explica sua noção de remissão via uma concepção semiótica do “referir-se” de um signo; (p2) a noção semiótica de remissão implica uma concepção indireta de designação; (p3) na medida em que não apenas designa, mas pretende dizer algo sobre o ente, tal noção de remissão trata nomes gerais (signos) como atributos; (p4) entender a relação de designação como relação de atribuição de propriedades é característica de teorias (como a de Frege), segundo as quais o sentido determina remissão (idealismo linguístico); (p5) Heidegger incorre num idealismo linguístico.

A interpretação de Lafont consiste em mostrar (p1) a (p3), ou seja, que Heidegger explica a referencialidade via estrutura do signo, e que esta implica uma relação indireta e atributiva de designação. Se se deve colocar em xeque a interpretação de Lafont, a questão central é a seguinte: o que deve ser entendido por signo para que o mesmo implique numa “atribuição de propriedades”, e o que, nesse contexto, devemos entender por “determinar”?

A noção de “determinação” pode ser apreendida a partir de dois pontos: (1) pela interpretação da diferença ontológica como uma substituição para a distinção empírico/transcendental, e (2) pela própria noção de determinação implícita no arcabouço crítico (teorias da referência direta) remetido por Lafont¹⁰. De maneira breve, poder-se-ia entender “determinar” nesse contexto no seguinte sentido: as condições de possibilidade da experiência são as condições de possibilidade de constituição dos objetos da experiência (KANT [LAFONT, 2000, p. xiii]), ou seja, as categorias (sentidos de ser) por meio das quais compreendemos os entes são constitutivas para o que eles são. Seja como for, “determinar”, nesse contexto, está qualificando a referencialidade indireta do signo, isto é, de que a referencialidade via estrutura do signo implica uma atribuição de propriedades ao ente designado, determinando-o. No que se segue, apresentaremos de maneira sucinta a concepção fregeana de designação, a fim de tornar o argumento de Lafont um pouco mais claro no tocante ao fundamento de sua crítica.

A concepção indireta de referencialidade de Frege

¹⁰ A noção de determinação pode também ser explicada recorrendo ao texto de Putnam (The meaning of ‘meaning’) do qual Lafont retira seu argumento crítico. Em seu texto, Putnam explica a ideia de sentido como “determinando” o referente, assimilando sentido a descrições ou propriedades que compõem o conceito de um objeto. No entanto, Lafont não usa essa estratégia para provar sua tese. Outro argumento contra a leitura de Lafont seria então mostrar que (1) Heidegger não assimila a noção de ‘conceito’ a um ‘conjunto de propriedades’ ou ‘atributos’ de um objeto (o que pensamos ser muito próximo da concepção de Husserl nas Investigações Lógicas – cf. nota 8); ou (2) mostrar que o conjunto de características (“sentidos”) que podem servir para compreender algo não implica na determinação de sua extensão conceitual (ex.: vários modos de se compreender a palavra “história” não implicam numa univocidade de extensão conceitual, isto é, cada sentido implicaria um domínio diferente de objetos). Esta é a estratégia argumentativa usada por Leslie MacAvoy (2005).

Tal como pressuposto por Lafont, de fato, em "Sentido e Referência", Frege entende signo como um designador que está para um nome próprio, sendo que ao signo sempre corresponde um sentido determinado. Diz Frege (1978, p. 62):

Neste contexto fica claro que, por "signo" (*Zeichen*) e por "nome", entendi qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção mais ampla), mas não um conceito ou uma relação, que serão discutidos em outro artigo. A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais. Para sermos breves, chamaremos cada uma destas designações de nome próprio.

Para Frege, portanto, um signo sempre expressa um sentido determinado, sendo um "modo de apresentação" do objeto (porém, este não deve possuir um único sinal – ou seja, a relação entre "sentido" e "designado" é do tipo "muitos-um"). O signo enquanto nome próprio expressa ou diz algo do objeto designado de maneira mediata, indireta. Assim, pode-se dizer que, como modo de apresentação, o signo refere-se ao designado (objeto) atributivamente.¹¹

Frege estabelece uma distinção entre o sentido de uma sentença, enquanto o modo de apresentação do referente, e a referência da sentença (o objeto por ela designado). O sentido da sentença deve ser entendido como pensamento da mesma (Ibid., p. 67-8), e a referência como valor de verdade da sentença (Ibid., p. 69). Para citar seu exemplo clássico, as sentenças "A estrela vespertina" e "A estrela da manhã" são sentidos ou modos de apresentação do objeto, o planeta "Vênus", a referência da sentença. Assim, por exemplo, quem quer se referir ao planeta "Vênus" pode tanto fazê-lo por meio do primeiro sentido (descrição) ou do segundo; ou seja, quaisquer que sejam os sentidos (modos de apresentação) que um referente possa ter, é, por meio deles, que o referente é identificado. Claro está, nesse contexto, que essa discussão é motivada em Frege por um princípio cognitivo, ou seja, de que é "[...] a busca pela verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência" (Ibid., p. 69). A ideia subjacente a essa discussão é a de que sentenças do tipo "a = b", que representam uma igualdade, possuem um valor cognitivo, expressam um pensamento – o ponto para Frege é justamente como conceber a própria relação de igualdade (cf. Ibid., p. 61). A despeito da discussão em torno do conceito de sentido em Frege, bem como de sua apropriação pela literatura filosófica posterior (cf. CHALMERS 2002), deve ficar claro que Frege não entende a noção de sentido como entidade ou conteúdo mental (FREGE, 1978, p. 64-5). Desse modo, as críticas "mentalistas" à sua teoria, como se sentido se tratasse de um conteúdo mental ou representação inerente à mente de cada sujeito (cf. PUTNAM 1975, p. 218), devem ser redirecionadas às apropriações e interpretações posteriores de seu pensamento, não ao próprio Frege.¹² No entanto, o ponto é saber que espécie de "tesouro comum de pensamentos" da humanidade é isso que Frege visa com a noção de sentido (FREGE, 1978, p. 65) e em que "lugar" ele se encontra. Para os propósitos em questão, não é imprescindível uma análise pormenorizada do texto de Frege, nem uma referência à longa tradição de discussão que se seguiu dessa concepção. O ponto em questão é apenas mostrar as evidências textuais para ilustrar melhor o

¹¹ Conferir Frege (1978, p. 116) "Digressões sobre o Sentido e a Referência".

¹² Essa é uma observação de extrema importância para a análise posterior de algumas interpretações e aproximações do pensamento de Heidegger no âmbito dos debates em filosofia da mente em torno do internalismo

argumento de Lafont, ou seja, de que para Frege signo funciona como designador indireto da referência. Para tanto, elaboramos a seguinte lista de critérios para a designação indireta via signo, subtraída da própria citação acima do texto de Frege, quais sejam: (1) que signo esteja para um nome próprio, tendo um objeto determinado como referência; (2) que a referência não seja um conceito; (3) que a referência não seja uma relação;¹³ (4) que o signo expresse o sentido de algo, enquanto modo de apresentação do mesmo (ibidem, p. 62). A não satisfação de tais condições implica: (I) que mesmo aceitando a possibilidade da analogia Frege/Heidegger, a noção de signo, tal como exposta por Heidegger, por si só não é suficiente para explicar a referencialidade aos entes do modo requerido pela tese crítica (na medida em que não se dá via uma atribuição de propriedades); (II) na incoerência da analogia Frege/Heidegger no tocante à referencialidade via signo.

Nesse contexto, outro ponto digno de nota é que, no próprio âmbito da filosofia analítica da linguagem, filósofos que argumentam em favor da concepção fregeana sustentam que a ideia de “determinação” invocada pelas teorias da referência direta não condiz exatamente com a proposta da concepção de designação (indireta) via sentido¹⁴. A própria noção fregeana de sentido é, ademais, tema de debate nessa tradição, devido principalmente a seu caráter ambíguo¹⁵. Ou seja, no tocante à argumentação de Lafont, não bastaria mostrar que Heidegger defende uma concepção de designação via atribuição de propriedades e apresentar contra-argumentos de teorias rivais para “refutá-lo”; seria necessário mostrar que efetivamente a concepção de Heidegger implica numa determinação do referente – ponto este que não é tornado claro por Lafont em nenhum de seus textos ou esclarecimentos subsequentes.¹⁶

No que se segue, após a apresentação de evidência textual para indicar que os problemas colocados por Lafont são alheios à temática heideggeriana, assumiremos hipoteticamente que esse primeiro ponto procede. Então, cedendo legitimidade à problemática levantada por Lafont, argumentaremos que Heidegger não compreende signo de maneira análoga a Frege, mostrando que as condições para designação indireta via signo, subtraídas do próprio texto de Frege, não são satisfeitas pela concepção heideggeriana.

Argumentos em resposta à crítica de Lafont

x externalismo mental, em que o referencial filosófico linguístico aqui discutido afigura-se como peças-chave das argumentações em torno desse debate.

¹³ Se signo deve estar para algo, um objeto, e este caracterizado como “[...] tudo o que não é uma função, de modo que uma expressão dele não contém lugar vazio” (FREGE, 1978, p. 47), fica claro que o requisito 2 pode ser entendido como uma consequência explicativa de 1.

¹⁴ Para esse ponto, cf. Chalmers (2002), cujo argumento diz respeito a uma noção mais fraca de determinação, ou seja, há condições tanto epistemológicas quanto “naturais” (de efetividade e correspondência dos sentidos no mundo atual) para que um sentido possa designar atributivamente um referente. Por outro lado, Putnam (1975), que defende uma concepção direta da referencialidade, não nega que um ente possa ser referenciado via atributos (por exemplo, isso é proposto em sua noção de esteriótipos); o ponto criticado é que esta seja a única forma de se entender a referencialidade aos entes.

¹⁵ Um exemplo pode ser encontrado em On Frege’s Two Notions of Sense, onde Rosado Haddock (2000) aponta que Frege defende ao longo de sua obra duas noções de sentido, intercambiando-as; uma relacionada à expressão linguística, e outra, relacionada à noção (vaga) de conteúdo conceitual.

¹⁶ Seja em “Heidegger on meaning and reference” (2005) ou em “Précis of Heidegger, Language, and Worlddisclosure” (2002), Lafont simplesmente se resume a afirmar que a atribuição implícita de propriedades se deve a que na compreensão de algo como algo, na abertura de mundo, os entes são diferenciados uns dos outros através de uma atribuição de propriedades, implicando numa concepção indireta de designação. Lafont então diz que essa concepção de designação “foi refutada” pelas teorias da referência direta, estendendo tal “refutação” a Heidegger. No entanto, em nenhum momento, Lafont discute os pontos críticos indicados e discutidos pelas teorias da referência direta no tocante à concepção indireta de designação.

As discussões centrais no âmbito filosofia analítica da linguagem dizem respeito a questões acerca da ideia de "significado" em geral, de como expressões linguísticas podem capturar ou como se referir aos entes, da relação entre linguagem e mundo (semântica), da unidade e construção de palavras para a formação de unidades gramaticais (sintática), do modo como a linguagem é usada num determinado contexto e por um determinado grupo de falantes (pragmática), etc. No entanto, no contexto específico acima apresentado, acerca das teorias da referência, seja indireta ou diretamente, o ponto em questão é como uma expressão linguística capta ou se refere a um determinado objeto, isto é, quais são as condições (linguísticas) para a referencialidade. Nesse sentido, o confronto de uma reflexão filosófica oriunda desse contexto (de problemas - excluir) com a problemática ontológica-hermenêutica de Heidegger exigiria, em primeiro lugar, um ponto ou conjunto de problemas em comum, para que, em seguida, seus argumentos e concepções pudessem ser avaliados de acordo com seu alcance e validade.

Ao fim do parágrafo 34 de *Ser e Tempo*, cujo título é "Discurso e Linguagem", Heidegger faz a seguinte afirmação: "A investigação filosófica deve renunciar a uma 'filosofia da linguagem' a fim de poder questionar e investigar 'as coisas mesmas' e deve colocar-se em condições de trazer uma problemática clara, do ponto de vista dos conceitos" (HEIDEGGER, 1979, p. 166). Ou seja, para Heidegger, o questionamento oriundo de uma "filosofia da linguagem" não seria capaz de responder ontologicamente pelo modo de ser da linguagem, pelo significado ontológico desta (cf. LOPARIC, 2005). Isso, dito de outra maneira, significa (dizer) que Heidegger não vê a filosofia da linguagem como disciplina ou vertente do pensamento filosófico que seja capaz de lidar com e se colocar os mesmos tipos de problemas para os quais ele se volta com sua investigação ontológica. Porém, poder-se-ia dizer que a recusa de Heidegger no tocante à "capacidade" de uma filosofia de linguagem de abordar e de se colocar a pergunta acerca do ser da linguagem não implica que o próprio arcabouço conceitual heideggeriano não possa passar pelo crivo da crítica de tal disciplina e suas teorias. Num curso posterior à época de *Ser e Tempo* (*idem*, 1988), após comentar que mesmo Aristóteles não entendia a asserção como meramente uma articulação e seqüência verbal, e que a constituição do *lógos* abrangia palavra, significação, pensamento e pensado, Heidegger tece a seguinte observação (*Ibid.*, p. 206):

É insuficiente caracterizar formalmente estas relações entre palavras, significados, pensamento, coisas pensadas, e seres como a relação entre signo e significado. Ainda a relação de palavra-som para palavra-significado não deve ser vista tal como uma relação-signo. O som verbal não é um signo para um significado tal como o signo de trânsito é o signo para a direção do trânsito. Ou seja, Heidegger simplesmente diz que é insuficiente, para sua problemática ontológica, seja acerca do *lógos* em geral ou da asserção em particular, proceder via uma caracterização meramente verbal e sígnica, sugerindo, ademais, que a noção mesma de signo possui um uso ou "significado" diferente quando aplicada (ou se aplica) ao âmbito da linguagem. Continua Heidegger (*Ibid.*, p. 206-7):

Se a proposição é uma seqüência verbal que requer uma combinação, então correspondendo à seqüência das palavras haverá uma seqüência de ideias para as quais a combinação também será necessária. Esta seqüência de ideias correspondente à seqüência verbal é algo psíquico, presente no pensamento. E, dado que na asserção

algo é asserido sobre os entes, segue-se que alguma coisa ou algum complexo de coisas físicas tem que corresponder a este complexo de idéias presentes no pensamento. Temos então que corresponder ao complexo verbal um complexo ideal na mente, e este complexo ideal é suposto referir-se ao complexo de seres fora da mente. O problema então surge: como o complexo ideal na mente pode estar em acordo às coisas externas? Isto é comumente formulado como o problema da verdade ou objetividade. Porém, essa abordagem fundamentalmente errônea à questão é motivada pelo fato de que a asserção é tomada primeiramente como uma seqüência verbal.

e em outro contexto (*idem*, 2003, p. 389-390):

O enunciado [...] nunca nos traz em geral e primariamente para diante do ente retirado ao velamento, mas o inverso. O quadro-negro já precisa ter se tornado manifesto para nós, enquanto este ente assim constituído, se quisermos produzir enunciados sobre ele de maneira mostradora. O *lógos apophantikós* apenas ex-põe enunciativamente o que já está manifesto, mas não forma em geral em primeiro lugar a abertura do ente.

Fica bem claro com essas duas passagens citadas que (1) Heidegger não pretende se aderir às problemáticas relativas à filosofia da linguagem em geral, (2) não entende a enunciação ou asserção como relação entre "sentença" e "objetos", ou seja, como modo de designação de objetos, e (3) apresenta uma justificativa para (1), ou seja, que tal investigação pode levar a pseudoproblemas (no caso Heidegger cita apenas o problema acerca da noção de verdade ou objetividade, no entanto, poder-se-ia pensar também nos problemas da filosofia da mente acerca do internalismo x externalismo, etc).

A despeito da evidência textual, Lafont parece ter argumentos mais fortes para atribuir sua crítica a Heidegger. Mesmo mediante evidência contrária, tomaremos a hipótese crítica de Lafont como verdadeira, depreendendo suas consequências e mostrando sua incoerência. Como mostrado acima, o ponto central da argumentação de Lafont reside em mostrar que Heidegger explica a referencialidade via estrutura dos signos, e que esta implica uma relação indireta e atributiva de designação.

A ideia geral da referencialidade indireta diz que a referência aos entes ou objetos sempre se dá por meio de um "sentido", e este considerado como "modo de apresentação" do referente. Isso implica em tomar a noção de sentido ou como descrição do objeto referido, seu modo de apresentação, ou ainda como nota conceitual do mesmo. No entanto, para Heidegger, sentido é um existencial do ser-aí, não sendo nem uma propriedade (*Eigenschaft*) dos entes nem algo que paira num "reino intermediário" (*idem*, 1979, p. 151). Ou seja, sentido de ser não é algo assimilável às propriedades ou características dos entes enquanto tipos naturais. Todavia, Lafont interpreta que, para Heidegger, sentido é o "modo de ser dado do que é designado" (LAFONT 2000, p. 183), e que a relação de designação é entendida como relação de atribuição de propriedades. Dessa interpretação, pode-se facilmente inferir que o conceito de sentido contemplaria as noções de propriedade e/ou conjunto de características como modo de aparição de algo, contradizendo a própria noção de Heidegger.

Em suma, o ponto da argumentação de Lafont recai sobre a noção de signo, e este entendido como designador. Como indicado, nem a noção de signo nem a noção de significado apresentadas por Heidegger implicam uma estruturação linguística explícita e muitos menos tem um objeto ou ente como seu referente. Significar, para Heidegger, não é discriminar ou apontar entes, mas a apreensão (apreender as) de relações de remissão, ou seja, relações que implicam

conformidade a finalidades, não podendo ser vista como “propriedades” de entes (HEIDEGGER, 1979, p. 83).

O objeto da análise do signo em *Ser e Tempo* é explicitar a noção de remissão, determinação do disponível enquanto utensílio, bem como a estrutura ontológica da mundanidade do mundo. O ponto para Heidegger, portanto, não é explicar como uma expressão pode se referir a um objeto no mundo, mas como os entes se tornam primariamente acessíveis a nós no âmbito de nosso comportamento cotidiano, e como o encontro com entes nesse modo nos “abre” o mundo. Diz Heidegger (Ibid., p. 79):

Propriamente, não ‘apreendemos’ o signo quando somente o olhamos e constatamos ser ele uma coisa que mostra (*Zeigding*). Mesmo quando seguimos com os olhos a direção mostrada pela seta e vemos algo simplesmente dado no sentido em que aponta a seta, também não nos encontramos, em sentido próprio, com o signo. Ele se volta para a visão circunspetiva do modo de lidar na ocupação e isso de tal maneira que a visão circunspetiva, seguindo-lhe a indicação, dá uma ‘visão panorâmica’ explícita de cada laço (*Umhafte*) do mundo circundante. A visão panorâmica da circunspecção não apreende o que está disponível; antes, ela recebe uma orientação do mundo circundante.

e mais adiante (Ibid., p. 79-80):

Signo não é uma coisa que se ache numa relação de amostragem (*zeigender*) com outra coisa, mas um utensílio que, explicitamente, eleva um todo de utensílios à visão circunspetiva, de modo que a determinada mundana do disponível se anuncie conjuntamente.

Um primeiro aspecto do utensílio-signo é que seu papel não é indicar algo pura e simplesmente, ou seja, ser um modo de apresentação ou designação de algo, na medida em que não desempenha a função de encontrar ou identificar algo. Pelo contrário, o signo desempenha a função de explicitar as remissões relativas ao âmbito de nossa ocupação com as coisas, ou seja, os nexos funcionais por meio dos quais as coisas com que nos ocupamos se encontram dispostas em relação. Ademais, segundo Heidegger, a visão panorâmica da multiplicidade de remissões (funcionais), como multiplicidade de referências de utilidade (ser-para) dos utensílios, da mesma forma, não apreende algo que se encontra disponível, ou seja, um ente ou um objeto, mas recebe uma orientação, isto é, resulta num comportamento (normativo de quem por ela se guia) face ao que se apresenta.

Conclusão

Fica claro que, para Heidegger, o mostrar do signo não tem como referência um objeto, mas uma indicação sobre uma estrutura relacional disposta que serve como guia para a ação ou como orientação (critérios 1-3). O mostrar do signo não é um modo de apresentação de algo simplesmente porque não aponta para ou mostra um objeto, mas remete a um conjunto de relações disponíveis, cujo caráter jaz em sua utilidade (ser-para) (critério 4). Visto isso, temos que os critérios acima apresentados para que um signo funcione como referente ou expressão de algo, no sentido fregeano, não se coadunam com o papel que o signo desempenha no tocante à explicitação da noção de referência/remissão (*Verweisung*) de Heidegger. Portanto, signo não desempenha em *Ser e Tempo* a mesma função que no âmbito da teoria da referencialidade de

Frege; dado que esta é a premissa central sobre a qual se fundamenta a tese de Lafont, a analogia Frege/Heidegger bem como o "idealismo lingüístico" de Heidegger não se seguem. O erro interpretativo de Lafont é duplo: ignorar toda a tradição e discussões subsequentes em torno da questão do signo no tocante à referencialidade no âmbito da filosofia analítica, bem como descaracterizar o contexto da problemática heideggeriana no qual a questão do signo se apresenta.

Por fim, gostaríamos de apresentar a seguinte indicação para uma possível interpretação da questão da linguagem e significação em *Ser e Tempo*: Heidegger afirma que o discurso (*Rede*), ao qual a linguagem existencialmente corresponde, é a articulação da compreensibilidade, das significações oriundas do ser-no-mundo (Ibid, § 34). Como indicado acima, a compreensibilidade se dá no âmbito do lidar com os entes, primariamente tomando-os como algo disponível. As significações, propriamente o "significar" (*Bedeuten*), são constituídas a partir do "caráter de relação das relações de remissão" (Ibid, §18), ou seja, a partir dos "laços" ontológicos dos entes descobertos pelo comportamento intencional do ser-aí em face aos mesmos. Uma vez que neste âmbito o que está em questão é a primazia ontológica das relações frente às objetualidades, explicitadas a partir de seus nexos remissionais de pertinência a totalidades, a sugestão consiste em oferecer uma interpretação mereológica desses nexos, a fim de explicitar a própria estrutura de relações subsistentes constitutiva da significatividade. Tal interpretação basear-se-ia nas 3ª e 4ª Investigações Lógicas de Husserl, visto que: primeiro, a mereologia husserliana afigura-se como meio de explicitação de noções formais tais como objeto, categoria, relação, etc, e, segundo, de uma "gramática pura", ou seja, de uma teoria formal da significação. Nesse sentido, poder-se-ia cogitar que as "regras" que formalmente estruturariam as significações são oriundas do "significar" (comportamento intencional do ser-aí para com os entes) e correspondem ontologicamente aos "laços" ontológicos entre os entes. Tal sugestão é apenas um modo de indicar o desenvolvimento da tese acerca de que a "doutrina da significação está enraizada na ontologia do ser-aí" (Ibid, p. 166). Uma das implicações oriundas dessa indicação seria que as significações não devem ser vistas a partir de uma relação entre linguagem e mundo, mas como oriunda da própria estrutura ontológica da "estrutura" do mundo, a partir da qual a compreensibilidade de algo como algo emerge, e sua "explicitação" numa linguagem.

Referências

- CHALMERS, D. 2002. On Sense and Intension. **Philosophical Perspectives**. N. 16. Disponível em: <http://consc.net/papers/intension.pdf>.
- CROWELL, S. G. 2001. Lask, Heidegger, and the Homelessness of Logic. In: **Husserl, Heidegger, and the Space of Meaning: Paths toward Transcendental Phenomenology**.
- DONNELLAN, K. 1966. Reference and Definite Descriptions. **The Philosophical Review**, V. 75, N. 3, pp. 281-304.
- FREGE, G. 1978. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Tradução e notas: Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix.

HABERMAS, J. 1992. **Postmetaphysical thinking**. Cambridge, MA: MIT Press.

HEIDEGGER, M. 1979. **Sein und Zeit**. Tübingen: Niemeyer.

_____. 1992. **History of the concept of time: prolegomena**. Translated by Theodore Kisiel. Bloomington: Indiana University Press.

_____. 1999. **Sobre a Essência do Fundamento**. Coleção Pensadores. São Paulo: Nova Cultural.

HEIJENOORT, J. V. 1967. **Logic as Language and Logic as Calculus**. *Synthese*, v. 17, pp. 324-30.

HILL, C. & ROSADO HADDOCK, G. E. 2000. **Husserl or Frege? Meaning, Objectivity, and Mathematics**.

HINTIKKA, M. B., HINTIKKA, J. 1994. **Uma Investigação sobre Wittgenstein**. Campinas: Papirus.

HUSSERL, E. 2001. **Logical Investigations**. V. 1, 2. Routledge: London.

KISIEL, T. 2002. From Intuition to Understanding: On Heidegger's Transposition of Husserl's Phenomenology. In: **Heidegger's Way of Thought**. New York, London: Continuum.

_____. 2002. Why Students of Heidegger Will Have to Read Emil Lask. In: **Heidegger's Way of Thought**. New York, London: Continuum.

KUSH, M. 2003. **Linguagem como cálculo versus linguagem como meio universal**. São Leopoldo: Editora Unisinos.

KRIPKE, S. 1972. **Naming and Necessity**. Harvard University Press.

LAFONT, C. 2000. **Heidegger, Language, and World-disclosure**. Cambridge University Press.

_____. 2005. Heidegger on meaning and reference. In: **Philosophy and Social Criticism**. V. 31 n. 1, pp. 9-20.

_____. 2002. Précis of Heidegger, Language, and World-disclosure. **Inquiry**, 45, pp. 185-189.

LOPARIC, Z. 2005. A linguagem objetificante de Kant e linguagem não-objetificante de Heidegger. **Natureza Humana**. V. 2, N. 2, pp. 35-49.

MACAVOY, L. 2005. Meaning, categories and subjectivity in the early Heidegger. In: **Philosophy & Social Criticism**. V. 31, N. 1, pp. 21-35.

PUTNAN, H. 1975. The meaning of 'meaning'. In: **Mind, Language and Reality – Philosophical Papers**. V. 2. Cambridge University Press.

RORTY, R. 1993. Wittgenstein, Heidegger and the reification of language. In: GUIGNON, C. B. (Ed.): **The Cambridge Companion to Heidegger**. Cambridge University Press.

TUGENDHAT, E. 1998. La pregunta de Heidegger por el ser. In: **Ser, Verdad, Acción: Ensayos Filosóficos**. Barcelona: Gedisa Editorial, p. 97-124.